



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Ref.

Autos nº 0600455-29.2024.6.21.0050 - Recurso Eleitoral

Procedência: 050ª ZONA ELEITORAL DE SÃO JERÔNIMO

Recorrente: CRISTIANO LUIZ LEITE

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

Relator: DES. ELEITORAL FRANCISCO THOMAZ TELLES

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA PARA VEREADOR JULGADA PROCEDENTE. ELEIÇÕES 2024. FALTA DE QUITAÇÃO ELEITORAL POR JULGAMENTO DE CONTAS NÃO PRESTADAS RELATIVAS À CAMPANHA DE 2020. POSTERIOR REGULARIZAÇÃO. EFEITOS DO JULGAMENTO DAS CONTAS NÃO PRESTADAS ATÉ O FINAL DA LEGISLATURA. ART. 11, §7º, LEI 9504/97 NA INTERPRETAÇÃO QUE LHE DÁ O ART. 80, INC. I, E § 1º, RES. TSE Nº 23.607/2019. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Exmo. Relator:

Colendo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul:

I - RELATÓRIO

Trata-se de recurso eleitoral interposto por CRISTIANO LUIZ LEITE contra sentença que **acolheu impugnação e indeferiu seu registro de candidatura** para concorrer nas eleições de 2024 ao cargo de Vereador, pelo Republicanos, em Arroio dos Ratos, fundada na ausência de quitação eleitoral por julgamento das



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

contas referentes à campanha para o pleito de 2020 como não prestadas. (ID 45708757)

Inconformado, o recorrente sustenta a necessidade de “reanálise fática e jurídica” do caso, porém sem enfrentar especificamente os fundamentos da sentença, colacionando julgados que supostamente corroboram o principal argumento trazido na contestação, sustentando à possibilidade de emissão de certidão de quitação eleitoral em virtude da apresentação das contas, afastando a decisão confirmatória de regularização da omissão. Argumenta que por ter ajuizado pedido de regularização das contas eleitorais de 2022 teria direito à quitação eleitoral e, consequentemente, ao deferimento do registro de candidatura. (ID 45708762)

Após, com contrarrazões (ID 45708768), foram os autos encaminhados a esse egrégio Tribunal e deles dada vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Não assiste razão ao recorrente, merecendo confirmação a sentença.

As contas da campanha de CRISTIANO LUIZ LEITE relativas ao pleito de 2020 foram **julgadas como não prestadas, em decisão transitada em julgado** nos autos da PCE nº 0601279-27.2020.6.21.0050. (IDs 45708743-4)

A apresentação de contas é requisito para a expedição de certidão de quitação eleitoral, como dispõe o art. 11, §7º, da Lei 9.504/97:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Art. 11. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.

(...)

§ 7º **A certidão de quitação eleitoral abrangerá exclusivamente** a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, **e a apresentação de contas de campanha eleitoral.**

Interpretando esse dispositivo legal, que inclui a apresentação de contas entre as informações abrangidas pela certidão de quitação eleitoral, e considerando a jurisprudência relacionada, o TSE, no art. 80, I, da Res. n. 23.607/19, assentou que:

“Art. 80. A decisão que julgar as contas eleitorais como não prestadas acarreta:

I - à candidata ou ao candidato, **o impedimento de obter a certidão de quitação eleitoral até o fim da legislatura**, persistindo os efeitos da restrição após esse período até a efetiva apresentação das contas;”

Assim, ainda que o recorrente tenha buscado regularizar a omissão, tal circunstância não afasta a impossibilidade de obter quitação eleitoral até o fim do mandato para o qual concorreu, ou seja, até o fim de 2024. Nesse sentido:

(...) 2. A quitação eleitoral é requisito imprescindível para o postulante a cargo eletivo, conforme estabelecido no art. 11, § 1º, inc. VI, da Lei n. 9.504/97. Nos termos do disposto na Súmula n. 42 do TSE, a decisão que julga não prestadas as contas de campanha impede o candidato de obter a certidão de quitação eleitoral durante o curso do mandato ao qual concorreu, persistindo esses efeitos, após esse período, até a efetiva apresentação das



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

contas. Por consequência, os candidatos que tiveram suas contas de campanha julgadas como não prestadas em relação ao pleito de 2020 encontram-se sem quitação eleitoral para concorrer nas eleições de 2022, independentemente da regularização da contabilidade no atual momento.

TRE-RS. RCand 060102891/RS, Rel. Des. Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle, Acórdão de 09/09/2022, Publicado em Sessão, 12/09/2022. (g. n.)

A jurisprudência invocada sem qualquer contextualização no recurso que pleiteia a reforma da sentença não infirma esse raciocínio, visto que relacionada à certidão circunstanciada de quitação eleitoral para aqueles que a ela fazem jus. Não é o caso do recorrente.

Nesse contexto, **não** merece acolhida a pretensão recursal.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, manifesta-se pelo **desprovemento** do recurso.

Porto Alegre, 21 de setembro de 2024.

ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI
Procurador Regional Eleitoral Auxiliar

RN